

Florinda Veiga

De: Dalila Dias <dalila.dias@aldeiashistoricasdeportugal.com>
Enviado: 14 de maio de 2019 20:47
Para: Perguntas - Requerimentos
Cc: Presidente CM Sabugal; Presidente CM Idanha-a-Nova; Cristina Preguiça; Presidente CM FCR; cristiana.mendes@cm-fcr.pt; PRESIDENTE CM MÊDA; Paulo Esteves - Vice-Presidente - Turismo CM Meda; Presidente CM Arganil; Gabinete Presidência Arganil; Presidente CM Fundão; Vice-Presidente CM FUNDÃO; Presidente CM Trancoso; Ana Couto - CM Trancoso; Presidente Dr. Dias Rocha - CM Belmonte; Câmara Municipal de Almeida; Vice Presidente CM Almeida; Presidente CM Celorico da Beira; 'Tatiana Saraiva'
Assunto: Resposta aos Requerimentos sobre a Rede Aldeias Históricas de Portugal
Anexos: Resposta Grupo Parlamentar.pdf; DECLARACOES.zip

Exmos Senhores,

Para os devidos efeitos, serve o presente e-mail para remeter a resposta aos Requerimentos apresentados por vários Senhores Deputados do Grupo Parlamentar CDS-PP, registados com o n.º rq616 / xiii / 4ª al; n.º rq617 / xiii / 4ª al; n.º rq618 / xiii / 4ª al; n.º rq619 / xiii / 4ª al; n.º rq621 / xiii / 4ª al; n.º rq622 / xiii / 4ª al; n.º rq623 / xiii / 4ª al; n.º rq624 / xiii / 4ª al, sobre a Rede Aldeias Históricas de Portugal.

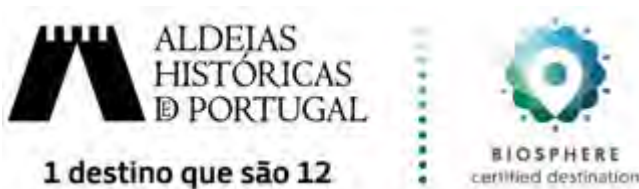
Mais se informa que este procedimento é efetuado ao abrigo da decisão do coletivo dos municípios de mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, para responder, em nome dos seus parceiros, ao respetivo requerimento, formalidade documentada através das Declarações anexas.

Atenciosamente,

Dalila Dias

Coordenadora

Estrutura de Gestão e Coordenação do PROVERE



E-mail: dalila.dias@aldeiashistoricasdeportugal.com

Tel: 275 913 395

www.aldeiashistoricasdeportugal.com

_ALMEIDA_BELMONTE_CASTELO MENDO_CASTELO NOVO_CASTELO RODRIGO_IDANHA-A-VELHA_LINHARES DA BEIRA_MARIALVA_MONSANTO_PIODÃO_SORTELHA_TRANCOSO_

Ao Grupo Parlamentar do CDS-PP

Assunto: Requerimento N.º 616/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 617/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 618/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 619/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 621/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 622/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 623/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019
Requerimento N.º 624/XIII (4ª) – AL, de 16/04/2019

Exmos. Senhores,

Considerando que:

1. Os municípios da Rede das Aldeias Históricas de Portugal receberam a notificação para resposta ao Requerimento, datado de 16/04/2019, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP.
2. Por inerência das atribuições e competências adstritas à *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico*, na reunião realizada com o coletivo desses municípios, no passado dia 24/04/2019, foi decidido, por unanimidade, mandar a Associação para responder, em nome dos Municípios, ao respetivo requerimento, decisão também formalizada nas Declarações anexas ao presente ofício.
3. A *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico* tem, ao longo da sua existência, pugnado pelo *primado da Rede*, fomentado processos construtivos para uma relação plural, aberta e de consenso, representativa das suas partes (públicos e privados) dentro da sua esfera de competências.
4. A *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico* tem reiteradamente presente, no seu *modus operandi* quotidiano, o conceito de *unidade*, o que se revela, uma vez mais, neste processo, onde é adotado, resultando daqui somente uma resposta, representativa dos 10 municípios (e do trabalho desenvolvido pela Associação, que tem sabido ultrapassar todos os constrangimentos e desafios, em prol do interesse público das

populações locais e das aldeias e territórios em causa).

A *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico* apresenta, em seu nome e em representação dos respetivos Municípios, a seguinte resposta, colocando-se à inteira disposição de Vs. Exas.:

I. Nota Prévia

Tendo em conta o disposto nos considerandos e o entendimento do coletivo dos municípios sobre o assunto, refere-se, desde logo, que a resposta assume contornos gerais, remetendo-se o detalhe para explanação e evidenciação do trabalho desenvolvido e das avaliações de desempenho para reunião com Suas Excelências, a agendar dentro da Vossa disponibilidade, mas preferencialmente no território das Aldeias Históricas de Portugal, pois é aqui que estamos e é aqui que Suas Excelências terão uma melhor oportunidade de se familiarizar com o projeto e constatar *in loco* a mais valia, eficiência e eficácia do *projeto AHP*, desideratos, aliás, avaliados periodicamente, designadamente pelas entidades gestoras de fundos comunitários e, portanto, pela Administração Central. Ao invés do que acontece com tantos projetos espalhados pelo País...

II. Uma distinção fundamental

Importa, em primeiro lugar, situar no tempo (e distinguir) o Programa/Projeto Aldeias Históricas de Portugal, e a própria Associação, que são “realidades” distintas:

▪ Histórico do Projeto e Programa das AHP:

- a) A Rede das Aldeias Históricas de Portugal foi criada ao abrigo do Despacho Normativo n.º 2/95 (consideramos a dispensa de mais informação sobre esta etapa, pois admite-se que é sobejamente conhecida por Vs. Exas.);
- b) O Programa assumiu-se experimental, logo, piloto, sendo que neste contexto todos sabemos o que significa ser o primeiro, cuja operacionalização, como é consabido, realizou-se num período temporal ainda de adaptação à integração do país na CEE e às novas orientações para um foco no desenvolvimento regional, por isso, um projeto que resulta de uma combinação de vários factores, também exógenos ao país;
- c) Em 2009 acaba o programa que, desde o seu início, ficou sob a responsabilidade da CCDR-C, a quem competiu a respetiva operacionalização, tendo esta sido, maioritariamente, vocacionada para uma *dimensão física* (recuperação de património edificado e outras).

▪ Histórico da Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico:

- a) 2007: Constituição da Associação (reuniu 10 municípios e 10 privados);
- b) 2008: Associação faz a sua primeira candidatura (fase I do Programa PROVERE) da qual resulta em 2009 a aprovação da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Aldeias Históricas de Portugal), tendo-se seguido a fase II relativa à candidatura do plano de ação 2011-2013;
- c) 2010 (dezembro): aprovado o plano de ação para o horizonte temporal 2011-2013;
- d) 2011 (abril): constituição de equipa técnica (até então estavam apenas os órgãos sociais criados) e início do trabalho da Associação no contexto territorial, o qual se mantém até ao momento.

Ora,

Desta resenha histórica, torna-se claro que a Associação tem “apenas” 11 anos de existência e somente possuiu um corpo técnico há cerca de 8 anos, não devendo, por isso, confundir-se com o próprio *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, que iniciou já no longínquo **ano de 1995** e, por sinal, terminou (no seu formato original) em 2009, com a aprovação da *Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE Aldeias Históricas de Portugal* e sua assunção pela *Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico*.

Desde então, o trabalho da Associação tem sido marcado por um constante crescimento, o qual é visível, por exemplo: no n.º associados (hoje cerca de 80): consorciados (280); nas parcerias formais e informais no plano nacional e internacional; nos projetos desenvolvidos, em curso, em análise e a formalizar; na integração do sistema académico na operação da Associação; no efeito multiplicador do investimento público no investimento privado gerado no território (2011-2015: 249% - cada 1€ de investimento público alavancou 2,5€ de investimento privado; 2016-2018: 341% - cada 1€ de investimento público alavancou 3,41€ de investimento privado); na presença da Associação como convidada em seminários, congressos, conferências, etc., entre outras iniciativas no âmbito nacional e internacional para apresentar o caso das Aldeias Históricas de Portugal como exemplo de modelo de desenvolvimento socioeconómico em territórios de baixa densidade, entre outros factos relevantes que atestam a idoneidade, competência e sentido de missão da entidade no cumprimento das suas funções.

III. A Associação...

Por isso, muito nos consterna a comunicação endereçada aos municípios, quando, em boa verdade, sempre estivemos, e estamos, disponíveis para responder às solicitações de organismos, sociedade civil e outras formas de representação, não se percebendo, por isso, o porquê de não termos sido contactados.

Por outro lado, causa-nos também estranheza que o Grupo Parlamentar CDS-PP, a quem

reconhecemos lucidez e sentido de justiça, não tivesse, em primeira instância, recorrido à aferição da informação disposta nos considerandos do vosso requerimento, limitando-se à transcrição de excertos de notícia, muitas vezes, como sabemos, de carácter sensacionalista ou motivados por “inveja”, pois nem todas as entidades congéneres têm tido os mesmos resultados. Uma coisa é certa, o trabalho da Associação é avaliado, periodicamente, sempre com sucesso até hoje, o que lhe permite negar tais notícias e outras “teses” menos corretas... (a título de exemplo, refere-se a tese de doutoramento publicada em 2018 com dados referentes ao horizonte temporal 2001-2011, a qual apresenta-se desfasada da realidade atual, no que à dinâmica da Rede enquanto ativo intangível diz respeito; já no que respeita ao PLOWDER, é de igual modo estranho que não tivessem verificado que, neste projeto, a Associação também se constituiu como promotora, tendo, inclusive, aportado elementos da sua equipa ao corpo de investigadores. Ainda no que toca a este assunto, esclarece-se, sendo facilmente comprovável, que o projeto teve por objetivo a criação de uma *“Framework para Análise do Impacto Económico e Social das Atividades Turísticas nos Territórios de Baixa Densidade: o Caso das Aldeias Históricas de Portugal”*, e não a recolha de dados. Como em qualquer sistema de recolha de dados, o mesmo deve ser testado, tendo sido neste quadro que se recolheu alguma informação durante o período de 2 meses, impossibilitando, por isso, uma análise longitudinal e integral, atendendo a bateria de indicadores com carácter semestral e anual. Acresce referir que este projeto surgiu de uma necessidade identificada pela Associação, pois não é compreensível nem admissível que o actual sistema de recolha de informação estatística não permita ao nível das NUT's III ou municipal ter informação analítica que sustente um quadro de orientações específico e objetivo, com relevante conhecimento dos mercados-alvo. Assim, perante o vazio do sistema, avançamos!

Lamentamos ainda, as questões relacionadas com o domínio das *políticas públicas*, que, por sinal, são da competência do Estado e, designadamente, está a cargo do poder legislativo e executivo, para as quais, nem nós, nem outras entidades congéneres, têm atribuições.

A Associação tem, pois, existência e assume o seu papel, como aqui está a fazer, respondendo diretamente a Vs. Exas., mas não responde pelos “outros”

IV. ... E seu trabalho

Assim, cumpre esclarecer, em definitivo, recordando, que a *Rede das Aldeias Históricas de Portugal* foi criada ao abrigo do *Despacho Normativo n.º 2/95*, o qual visou, na perspetiva do desenvolvimento regional, *“...dar resposta de forma integrada aos problemas do mundo rural do interior do país, no sentido de recuperar, revitalizar e regenerar espaços ricos em património, cultura e tradição, encontrando formas de contrariar as tendências para o envelhecimento das populações e o abandono das povoações.”* (Isabel Mota, Secretária de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 1995).

Foi, de facto, neste quadro de missão que surgiu pioneiramente o *Programa das Aldeias Históricas de Portugal*, visando o desenvolvimento socioeconómico, cujos investimentos pretenderam alavancar novas atividades económicas na região, tendo sido a fileira do turismo considerada determinante e fulcral para o desenvolvimento da região, onde o Património assumiu expoente máximo para a concretização deste desígnio. Daí a tal primeira dimensão física.

Ultrapassada essa primeira “fase”, era necessário evoluir. Era necessário desenvolver toda uma panóplia de projetos, iniciativas e diligências que permitissem fazer aquilo que o Estado não conseguia (ou pelo menos, não conseguiria da mesma forma, aplicando-se o princípio da subsidiariedade, portanto), que era evitar a “inclinação do território nacional”, combater os problemas do Interior e tentar fixar populações, problemas tão sentidos *in loco* e que estão tão bem retratados no *Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território* (PNPOT), que tanto tempo e dinheiro levou a fazer...

Assim, se “*Na conceção do Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal considerou-se o interesse crescente pelas rotas culturais, optando-se por isso por uma intervenção coordenada nas aldeias, por forma a criar-se um circuito de visita de natureza regional a divulgar em Portugal e no estrangeiro, sob a designação de “Aldeias Históricas de Portugal”* (Alexandre Relvas, Secretário de Estado do Turismo, 1995), na sua evolução era necessário ir mais longe, criar fatores de sustentabilidade, passar do domínio físico para o imaterial, apostar no desenvolvimento sustentável, etc.

A Associação assumiu tais desígnios.

Alargou-se da vertente meramente física, para outras, designadamente imateriais... Tornou-se uma marca de referência...

De facto, a *Aldeias Históricas de Portugal - Associação de Desenvolvimento Turístico* (AHP-ADT) tem desenvolvido o “conceito AHP” sob critérios rigorosos ligados ao desenvolvimento local e territorial, assente em padrões de exigência e qualidade únicos, de tal forma que hoje *Aldeias Históricas de Portugal* (AHP) é uma “marca” de prestígio, de qualidade e reconhecida. E é neste enquadramento que atualmente desenvolve a aprovada *Estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal para 2020* (EEC AHP 2020).

Acreditando que a resposta a este desafio passa pela criação de condições facilitadoras da coesão social, competitividade e sustentabilidade do território com base no crescimento verde, a AHP-ADT construiu aquela estratégia, alinhando-a com as prioridades da *Estratégia Europa 2020* e enquadrado com as diretrizes definidas pela União Europeia através do Quadro Estratégico Comum 2014-2020, bem como com os instrumentos nacionais, regionais e sub-regionais estabelecidos para o período de programação referido.



É tudo isto, há mais de 20 anos, que constitui a **História das Aldeias Históricas de Portugal**, enquanto fator identitário de certos territórios, que outros abandonaram...

Nesta senda,

A AHP é hoje um património conhecido e reconhecido, com altos padrões de exigência e intimamente relacionado com um conceito próprio, **a que só alguns territórios podem pertencer, por preencherem os respetivos requisitos.**

As aldeias que são *Aldeias Históricas de Portugal* têm essa identidade e, por isso, pertencem a uma **rede única**, gerida com sacrifício, mas com orgulho, pela Associação. O sucesso fala por si.

E ele reflete-se num valor único, numa marca:



Daí a Associação ter registado no INPI essa marca, defendendo-a e defendendo, sobretudo, as suas populações, territórios e respetivos municípios:

- Cfr. logótipos registados sob os n.ºs 8942 e 8943, desde 28-09-2009 (pedido de 2006);
- Cfr. marca nacional, sob o n.º MNA 494 604, desde 10-05-2012: ***Aldeias Históricas de Portugal***:

Posto isto,

V. Concluindo

Acreditando-se no empenho e boa vontade de Suas Excelências, iniciámos esta resposta com a sugestão de agendamento de reunião, de modo a apresentarmos o trabalho desenvolvido, os constrangimentos e os desafios, na senda de um diálogo construtivo, que se pretende em unísono, em prol de um interior mais competitivo e capaz de fomentar de forma cabal o seu próprio processo de crescimento e desenvolvimento.

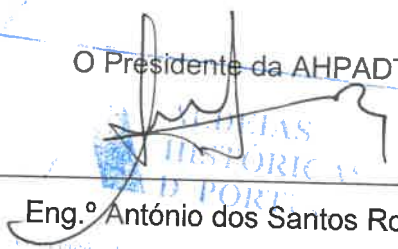
Já há muito que defendemos que a sustentabilidade do interior não se compadece com medidas casuísticas ou assentes numa estratégia, cujo plano de ação, no que às ações diz respeito, se operacionalizam desfasadas no tempo e desarticuladas entre si, como tem acontecido muitas vezes, obrigando a Associação a um trabalho “escusado” e a “virar atenções” para outras tarefas.

Da experiência que nos assiste, é imperativa a adoção de um modelo integrado, pluridimensional e multisectorial, tirando partido das vantagens comparativas, de modo a transformá-las em

vantagens competitivas de longo prazo, imbuído numa lógica de especialização inteligente, com vista a que o território se assuma como agente ativo no processo de desenvolvimento e de combate à interioridade, fuga e envelhecimento da população, etc., ao invés de se constituir como um mero recetáculo de políticas assistencialistas, contraditório, por isso, à política de coesão territorial que, de acordo com o Livro Verde da Coesão, "... procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles." Acrescentaríamos, neles vivendo, com qualidade e dignidade.

Ficamos, pois, a aguardar a V/ prezada visita.

Belmonte, 14 de maio de 2019

O Presidente da AHPADT,

 Eng.º António dos Santos Robalo
 Associação de Desenvolvimento e
 NIPC 5075



DECLARAÇÃO

Eng.º António José Monteiro Machado, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Almeida, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento do Grupo Parlamentar CDS-PP, com a classificação N.º 618/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

07 de maio de 2019,

O Presidente da Câmara Municipal,

Eng.º António José Monteiro Machado



DECLARAÇÃO

----- Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa, na qualidade de Presidente do Município de Arganil, vem pela presente DECLARAÇÃO, no seguimento do requerimento rececionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 624/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019. -----

----- Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

----- Paços do Concelho de Arganil, 10 de maio de 2019. -----

- O presidente da Câmara Municipal de Arganil –

Luís Paulo Costa

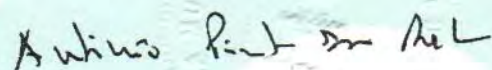
DECLARAÇÃO

António Pinto Dias Rocha na qualidade de Presidente do Município Belmonte, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento recionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 619/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

Belmonte, 07 de maio de 2019,

O Presidente do Município,



António Pinto Dias Rocha

(Dr. António Pinto Dias Rocha)



MUNICÍPIO DE CELORICO DA BEIRA

DECLARAÇÃO

Carlos Manuel da Fonseca Ascensão na qualidade de Presidente do Município de Celorico da Beira, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento recionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 616/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

Celorico da Beira, 07 de maio de 2019,

O Presidente da Câmara Municipal


Carlos Manuel da Fonseca Ascensão

DECLARAÇÃO

Paulo José Gomes Langrouva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento recionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 617/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

Figueira de Castelo Rodrigo, 07 de maio de 2019,

O Presidente da Câmara Municipal,



(Paulo José Gomes Langrouva)



DECLARAÇÃO

Luis Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, na qualidade de Vice - Presidente do Município do Fundão, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento regionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 618/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

07 de maio de 2019,

O Vice - Presidente do Município,



MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA
Câmara Municipal

Declaração

--- **Armindo Moreira Palma Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova**, com sede em **Idanha-a-Nova**, NIPC **501 121 030**,-----

---DECLARA, para os devidos efeitos, que no seguimento do requerimento recionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 621/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019. -----

--- Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração. -----

Idanha-a-Nova, 14 de maio de 2019

O Presidente da Câmara Municipal



Eng.º **Armindo Jacinto**

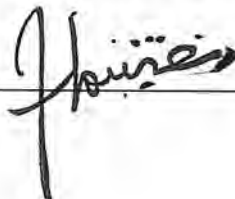
DECLARAÇÃO

Anselmo Antunes de Sousa, na qualidade de Presidente do Município de Mêda, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento rececionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 622/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

07 de maio de 2019,

O Presidente do Município,



DECLARAÇÃO

Amílcar José Nunes Salvador, na qualidade de Presidente do Município de **Trancoso**, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento recionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 618/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

Trancoso, 10 de maio de 2019.

O Presidente da Câmara Municipal

(Amílcar Salvador)



MUNICÍPIO DE SABUGAL
Câmara Municipal

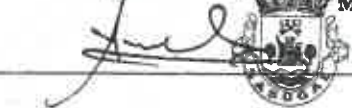
DECLARAÇÃO

António dos Santos Robalo, na qualidade de Presidente do Município de Sabugal, vem pela presente **DECLARAÇÃO**, no seguimento do requerimento rececionado por esta autarquia, procedente do Grupo Parlamentar CDS-PP, mandar a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, como respondente do respetivo requerimento com a classificação N.º 623/XIII (4ª) – AL, datado de 16/04/2019.

Por se reconhecer a legítima competência e atribuições da Associação para a representação do Município nesta matéria e noutras relacionadas com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, emite-se a presente Declaração.

Sabugal, 07 de maio de 2019,

O Presidente do Município



.. (António dos Santos Robalo)

MUNICÍPIO DE SABUGAL

Praça da República
6324-007 Sabugal

NIF: 506 811 662